

Na dúvida, quem mais perde é o investidor em pânico

Joyce Jané

Ter dinheiro aplicado hoje deixou de ser um trunfo de tranquilidade quanto ao futuro e virou motivo de insegurança. Investidores em overnight, cadernetas de poupança, fundos de curto prazo — e até correntistas de simples contas remuneradas, que são aplicadores em títulos do governo e nem sempre sabem disso —, ganharam muito nos últimos meses, com as dificuldades do governo Sarney para colocar papéis no mercado, e agora temem algum tipo de confisco no governo Collor.

O problema é como sair dele. Os outros mercados são pequenos demais no Brasil: perto das aplicações de curtíssimo prazo e não têm como absorvê-las da noite para o dia. Os executivos financeiros acham que não há sinal de cajote à vista, mas existe um pânico generalizado entre os aplicadores, sobretudo os pequenos. Até o ministro da Fazenda, Mailson da Nobrega, teme que, se houver corrida para fora do over às vésperas da posse de Collor, ela fará os pequenos investidores terem prejuízos e os grandes aumentarem seus ganhos.

Esta incerteza está enlouquecendo consultores, gerentes de bancos e instituições financeiras, perdidos entre as cada vez mais constantes dúvidas dos investidores, muitos saídos da caderneta de poupança e totalmente leigos em mercado financeiro. E o pior é que há no mercado uma incôgnita extra: o novo governo. Hoje, só uma pessoa sabe o destino dessas aplicações financeiras e as possíveis mudanças que elas podem sofrer: o presidente eleito, Fernando Collor de Mello. Qualquer outra, por mais preparada que seja, no máximo pode arriscar sobre o que pode acontecer, sem ter para isso nenhuma indicação explícita.

O problema é que essas especulações podem provocar o caos. Se o medo de que algo vai acontecer com as aplicações fizesse as pessoas sacarem todo o dinheiro do overnight, fundos, contas remuneradas e todas as demais aplicações que têm como garantia os títulos do governo, haveria um descontrole tão grande da economia que esse dinheiro, que hoje rende juros, passaria a não valer nada. Tudo vai depender do comportamento das pessoas.

Alarme falso — Imagine-se um prédio de 12 andares, 15 apartamentos por andar e com dois elevadores. Em dias normais, não há congestionamento nos elevadores porque eles são programados para um fluxo estatisticamente normal de pessoas entrando e saindo. O over também. Nele se trabalha com as variações no ritmo de aplicações e desaplicações, mas não se imagina a hipótese, de todo mundo entrar ou sair ao mesmo tempo. Mais ou menos como acontece com os bancos, que sempre consideram a hipótese de retiradas e saques compensando-se mutuamente todos os dias. Mas se todos os correntistas resolverem sacar ao mesmo tempo, o banco quebra.

Assim como o prédio imaginário e o banco, é o over. Diante de uma emergência, mesmo falsa, a correria pode fazer vítimas de verdade no empurrar-empurra. Nas aplicações financeiras, se todos os aplicadores resolverem exigir junto seu dinheiro para retirada, o país entrará em um processo brutal de hiperinflação e a moeda perderá o valor.

A dívida interna de curto prazo — que nada mais é do que a venda de títulos do governo ao mercado para arrecadar dinheiro, pagando juros e correção monetária por esses títulos — vale hoje cerca de NCz\$ 706 bilhões. É tão grande que se fosse aplicada, por exemplo, em Chevettes, o carro mais barato do Brasil, seria preciso consumir toda a produção da fábrica em vários séculos. Esse dinheiro dá para 6.819.981 Chevettes. A General Motors fabrica apenas 20 mil desses modelos por ano. Seriam necessários, portanto, 318 anos e quatro meses para realocar em automóveis a dívida brasileira. Por outro lado, com a disputa pelos automóveis eles subiriam de preço astronômicamente. Ou seja, virariam objeto de especulação, sem lastro em seu valor real.

Experiência passada — O exemplo, absurdo, serve para os investidores sacarem seu dinheiro do overnight, fundos, contas remuneradas e até poupança para aplicar em outros mercados chamados reais — como ouro, dólar, imóveis e ações — os preços dispararão de tal forma que de jeito algum compensarão o pequeno risco que poderiam estar sofrendo caso ficassem nas aplicações financeiras. As bolsas de valores, por exemplo, movimentam 0,1% do que é aplicado em títulos públicos. O ouro representa apenas 0,3% e o dólar negocia 0,1% desse montante.

Essa experiência já foi vivida no Plano Cruzado. Por um erro do governo, os juros caíram tanto que uma parcela dos investidores resolveu sair do over e da poupança para procurar as bolsas de valores. O resultado é que as ações subiram artificialmente e até hoje não se recuperaram da queda que tiveram que amargar logo depois. Ainda há muita gente tentando recuperar os prejuízos. Isso já ocorre, por exemplo, no dólar, onde o ágio em relação ao câmbio oficial está em 130%. Em tempos normais, essa diferença fica em torno de 20%. Isso significa que o dólar, em relação aos demais ativos, está caro demais, mesmo descontando a possibilidade de uma maxidesvalorização. Esse preço só se justifica se a hiperinflação vier.

